

**ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 001/2016**

**ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS; A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE (DVISA, DVASt); A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALMAS (VISA/PALMAS); AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO TOCANTINS (ADAPEC); O INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL (RURALTINS); O INSTITUTO NATUREZA DO TOCANTINS (NATURATINS); O CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO TOCANTINS (CREA/TO); O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (SUPERINTENDÊNCIA DO TOCANTINS) E A ASSOCIAÇÃO TOCANTINENSE DE SUPERMERCADOS (ATOS).**

**O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS**, por meio da **PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**, com sede na Quadra 202 Norte, Conj. 01, lotes 5/6, Avenida LO-04, Plano Diretor Norte, CEP 77.006-218 em Palmas - TO, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.786.078/0001-46, neste ato representada pelo Procurador-Geral de Justiça, **CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA**, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob o número 056.718.171-53, nomeado pelo Ato – 1.608 – NM, de 20 de outubro de 2014, publicado no Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 4238, de 20 de outubro de 2014, doravante denominado **MPE-TO**. A **SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE (SESAU)**, inscrita no CNPJ nº 43.776.491/0001-70, com sede na Praça dos Girassóis, Plano Diretor Sul, CEP 77.015-007, Palmas -TO, neste ato representada por seu Secretário **MARCUS ESNER MUSAFIR**, por si e por seus órgãos, **DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA – DVISA**, neste ato representada por sua Diretora **GRACILANE VICENTE AGUIAR**; **DIRETORIA DE VIGILÂNCIA AMBIENTAL E DO TRABALHADOR – DVASt/TO**, neste ato representado por sua Diretora **ADRIANE FEITOSA VALADARES**; e **LABORATÓRIO CENTRAL – LACEN**, representado neste ato por sua Diretora **MÁRCIA CRISTINA ALVES B. S. LOBATO**. A **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUS)**, inscrita no CNPJ nº 113204200001-71, com sede na quadra 502 Sul, Av. Teotônio Segurado – Paço Municipal CEP: 77.021-900, neste ato representada por seu Secretário **NÉSIO FERNANDES DE MEDEIROS**. **AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS (ADAPEC)**, neste ato representada por seu



presidente, **HUMBERTO VIANA CAMELO. O INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL (RURALTINS)**, neste ato representado por seu presidente, **PEDRO DIAS CORRÊA DA SILVA. O INSTITUTO NATUREZA DO TOCANTINS (NATURATINS)**, inscrita no CNPJ nº 33.195.942/0001-21, com sede na 302 Norte, Lote 03, Alameda 01, neste ato representado por seu presidente, **HERBERT BRITO BARROS. O CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO TOCANTINS (CREA-TO)**, inscrito no CNPJ nº 26.753.608/0001-80, com sede na Av. Teotônio Segurado, 602 Sul, Conjunto 01, lote 10, Palmas-TO, neste ato representado por seu presidente, **MARCELO COSTA MAIA. O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA)**, inscrito no CNPJ nº 00.396.895/0001-25, com sede da superintendência localizada na Av. NS 01, 201 Sul – Cj. 02 – Lote 07 – Palmas -TO, neste ato representado por seu superintendente, no Tocantins, **JOSÉ AUGUSTO PUGLIESE TAVARES. A ASSOCIAÇÃO TOCANTINENSE DE SUPERMERCADOS (ATOS)**, inscrita no CNPJ nº 02.029.728/0001-71, com sede na 912 Sul, Al. 05, APM 3-A, Distrito Eco Industrial de Palmas-TO, neste ato representado por sua presidente, **MARIA DE FÁTIMA DE JESUS**, doravante denominados partícipes.


**RESOLVEM** celebrar o presente Acordo de Cooperação Técnica, nos termos da legislação que rege a matéria, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Promover condições para integração dos entes públicos e privados na cadeia agroalimentar de produtos hortifrutícolas e/ou outros alimentos de origem vegetal, visando a informação, a definição de estratégias conjuntas e integradas com o objetivo de orientar, implementar políticas, monitorar e fiscalizar o uso e aplicação de agrotóxicos, e afins, a partir de medidas que permitam o devido rastreamento da origem, análise de resíduos de agrotóxicos, fortalecendo a economia agrícola e garantindo o direito básico à saúde de agricultores, dos consumidores e da sociedade em geral, bem como o direito a um meio ambiente sadio e ecologicamente equilibrado.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DOS OBJETIVOS**

- a) Implementar políticas de promoção e desenvolvimento do setor visando a produção e comercialização de alimento seguro;
- b) Implementar medidas de orientação e organização visando a melhor qualificação da cadeia agroalimentar de produtos hortifrutícolas e/ou outros alimentos de origem vegetal, através de boas práticas de produção e pós-colheita e boas práticas de manipulação de alimentos, que assegurem também a saúde do trabalhador e do consumidor final, sem prejuízo ainda ao meio ambiente;



2

- c) Desenvolver metodologia e implementar procedimentos de monitoramento e ação integrada de fiscalização ao longo da cadeia produtiva (da produção ao mercado varejista) que permitam o devido rastreamento de origem do alimento e análise de resíduos de agrotóxicos e afins;
- d) Identificar os níveis de agrotóxicos e afins nos alimentos da cadeia agroalimentar de hortifrutícolas e/ou outros alimentos de origem vegetal;
- e) Verificar se os resíduos de agrotóxicos e afins excedem aos Limites Máximos de Resíduos (LMR) autorizados pela legislação em vigor;
- f) Verificar a presença de resíduos de agrotóxicos e afins não autorizados pela legislação em vigor.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DO COMITÊ GESTOR**

Os partícipes envolvidos no presente Acordo de Cooperação, a partir de sua assinatura, formalizarão Comitê Gestor, com a finalidade de definir estratégias para a execução de sua finalidade, competindo-lhes:

- a) Elaborar Plano de Trabalho estabelecendo ações, prazos e responsáveis;
- b) Realizar avaliação semestral dos resultados;
- c) Registrar em ata as deliberações do Comitê Gestor;
- d) Nomear um titular e um suplente de cada uma das instituições participantes do presente Acordo de Cooperação Técnica;
- e) Realizar publicidade aos resultados alcançados.

### **CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES GERAIS**

Compete a todos os demais partícipes:

- a) garantir assistência técnica recíproca de seus objetivos institucionais, observadas as atribuições legais de cada entidade, conferindo-se prioridade na execução dos referidos atos;
- b) dar prioridade à atuação nos procedimentos relacionados ao objeto do presente Acordo de Cooperação Técnica;
- c) comunicar aos demais órgãos envolvidos, nos seus respectivos âmbitos de atuação, quando seus agentes constatarem irregularidades na sua área de abrangência;
- d) remeter ao MPTO: ao Centro de Apoio Operacional do Consumidor, ao Centro de Apoio Operacional da Cidadania, dos Direitos Humanos e da Mulher e ao



Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente, ou diretamente à Promotoria de Justiça do Consumidor, da Saúde e Ambiental do local dos fatos, o Relatório de Atividades próprio, cópia dos Autos de Infração ou quaisquer documentos referentes a irregularidades constatadas dentro de sua área de fiscalização;

e) participar, através de seus agentes, sempre que solicitados, das operações de fiscalização volantes realizadas pelos órgãos envolvidos;

f) incentivar os seus fiscais para que verifiquem e relatem irregularidades em estabelecimentos e propriedades agrícolas no Estado e, também, aquelas que forem pertinentes a outros órgãos de fiscalização;

g) prestar apoio ao MPTO, visando à fiscalização de estabelecimentos e propriedades agrícolas no Estado;

h) promover e/ou participar de ações conjuntas com os outros órgãos públicos partes do presente Acordo, em diferentes regiões do Estado, visando à fiscalização dos estabelecimentos e propriedades agrícolas no Estado; e,

i) tomar as medidas administrativas internas necessárias à ampla divulgação deste Acordo, no menor prazo possível, a partir de sua assinatura, objetivando dar pronto atendimento ao objeto deste Acordo.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS**

**a) Compete ao MPTO, por intermédio dos Centros de Apoio Operacional do Consumidor (Caocon), de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente (Caoma) e Centro de Apoio Operacional da Cidadania, dos Direitos Humanos e da Mulher (Caocid) e/ou seus órgãos de execução:**

I) coordenar o Comitê Gestor;

II) adotar providências, na sua esfera de competência, quanto às irregularidades noticiadas pelos partícipes deste Acordo ou por outros órgãos públicos ou privados relacionados ao objeto do presente Acordo;

III) dar encaminhamento, por meio dos Centros de Apoio Operacional CAOMA, CAOCON E CAOCID e/ou de execução, às irregularidades enviadas pelos partícipes deste Acordo ou outros órgãos públicos para as respectivas Promotorias de Justiça;

IV) fazer chegar ao conhecimento dos órgãos de execuções respectivos a notícia das irregularidades enviadas pelos partícipes deste Acordo ou outros órgãos públicos e privados, para as providências cabíveis;

V) disponibilizar material de apoio técnico para subsidiar a atuação das Promotorias de Justiça em relação às informações de irregularidades encaminhadas;

VI) promover e/ou participar de ações pedagógicas objetivando a conscientização sobre o uso adequado de agrotóxicos, o impacto ambiental no uso desses produtos entre outros temas;

VII) promover a articulação necessária para ações repressivas em relação ao comércio ilegal e o uso indevido de agrotóxicos e afins.

VIII) viabilizar a articulação para a realização de convênios e parcerias entre os entes participantes do presente Acordo de Cooperação, a fim de atingir os objetivos deste acordo.

**b) Compete à Secretaria de Estado da Saúde, por meio de seus órgãos:**

**1 – Diretoria de Vigilância Sanitária – DVISA:**

I) encaminhar ao MPTO e aos outros partícipes pertinentes as informações sobre irregularidades que envolvam agrotóxicos quando tomar conhecimento em sua área de atuação;

II) encaminhar os laudos de análise de resíduos de agrotóxicos realizados pelo Programa de Análise de resíduos de Agrotóxicos em Alimentos – PARA ao MPTO e aos outros partícipes deste Acordo;

III) coletar amostras de alimentos para encaminhamento ao laboratório de referência ou credenciado, atendendo cronograma previamente estabelecido pelo Programa de Análise de resíduos de Agrotóxicos em Alimentos - PARA/ANVISA, a fim de que essas amostras sejam submetidas à análise para detecção de resíduos de agrotóxicos;

IV) elaborar relatório anual com os resultados das análises realizadas;

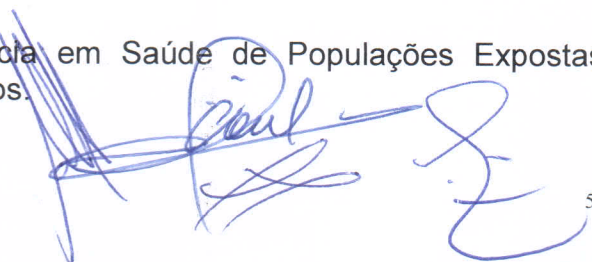
V) realizar em conjunto com as VISAs municipais atividades/materiais educativos para distribuidores/varejistas sobre a importância da rastreabilidade dos hortifrutícolas e das boas práticas de condições de aquisição e armazenamento.

**2 – Diretoria de Vigilância Ambiental e do Trabalhador - DVAST:**

I) encaminhar ao MPTO e aos outros partícipes pertinentes as informações sobre irregularidades que envolvam agrotóxicos quando tomar conhecimento em sua área de atuação;

II) implementar o Plano Estadual de Monitoramento de agrotóxicos na água para consumo humano em conjunto com o Programa VIGIAGUA;

III) implantar o Modelo de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos nos municípios prioritários.





IV) encaminhar trimestralmente ao MPE o consolidado dos relatórios de inspeção em ambientes e processos de trabalho que envolvam atividades produtivas relacionadas ao objeto do acordo de cooperação;

V) encaminhar trimestralmente ao MPE consolidado de notificações de intoxicação exógena relacionados ao trabalho;

**c) Compete à Secretaria Municipal de Saúde de Palmas (SEMUS), através da vigilância sanitária municipal:**

I) encaminhar ao MPTO e aos outros partícipes pertinentes as informações sobre irregularidades que envolvam agrotóxicos quando tomar conhecimento em sua área de atuação;

II) fiscalizar o uso, o consumo, o comércio, o armazenamento, o transporte interno e a prestação de serviços na aplicação dos agrotóxicos, seus componentes e afins, destinados a higienização, desinfecção ou desinfestação de ambientes domiciliares, públicos ou coletivos, ao tratamento de água, uso em campanhas de saúde pública e em pesquisa e experimentação;

III) adotar medidas sanitárias nos estabelecimentos varejistas quando de resultados insatisfatórios de culturas coletadas nestes estabelecimentos;

IV) realizar palestras educativas na CEASA/TO unidade de Palmas relacionadas à questão higiênico-sanitária dos estabelecimentos;

**d) Compete à Agência de Defesa Agropecuária do Tocantins – ADAPEC:**

I) encaminhar ao MPTO e os outros partícipes pertinentes informações sobre irregularidades quanto a locais de comércio e locais de armazenamento de embalagens (centrais de recebimento);

II) controlar, fiscalizar e inspecionar o trânsito estadual, a produção, o armazenamento, a comercialização de agrotóxicos e afins, bem como as empresas prestadoras de serviços nos setores de produção agrícola, no armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas e agro-industriais, e nas pastagens incluídos os respectivos estabelecimentos;

III) fiscalizar o uso, o comércio, o armazenamento, o transporte de agrotóxicos seus componentes e afins;

IV) realizar educação sanitária relacionada à fiscalização do comércio e uso de agrotóxicos e afins na produção agrícola;

V) promover palestras educativas na CEASA/TO e em outras instituições relacionadas à fiscalização do comércio e uso de agrotóxicos e afins na produção agrícola;

**e) Compete ao Instituto de Desenvolvimento Rural – Ruraltins:**

- I) encaminhar ao MPTO e aos outros partícipes pertinentes as informações sobre irregularidades que envolvam agrotóxicos quando tomar conhecimento em sua área de atuação;
- II) orientar os produtores rurais com relação a aquisição, uso de agrotóxicos, destinação de embalagens vazias.
- III) orientar os produtores rurais sobre alternativas ao uso de agrotóxicos;
- IV) realizar visitas aos produtores rurais para orientação, quando o(s) laudo(s) de análise de resíduos de agrotóxicos forem insatisfatórios, emitindo um laudo de orientação técnica com cópia para o produtor e ao Comitê Gestor do Programa.
- V) orientar os produtores rurais sobre a importância das rastreabilidade dos hortifrutícolas.

**f) Compete ao Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS**

- I) encaminhar ao MPTO e aos outros partícipes pertinentes as informações sobre irregularidades que envolvam agrotóxicos quando tomar conhecimento em sua área de atuação;
- II) controlar, fiscalizar e inspecionar a operacionalização da indústria, da manipulação e da embalagem, bem como fiscalizar o transporte e o armazenamento de agrotóxicos, seus componentes e afins, com vista à proteção ambiental;
- III) desenvolver ações de instrução, divulgação e esclarecimento que assegurem a conservação dos recursos ambientais, quando da utilização dos agrotóxicos e afins;
- IV) orientar e fiscalizar a destinação final das embalagens, dos restos e rejeitos e a utilização de agrotóxicos e afins;

**g) Compete ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins: CREA - TO**

- I) encaminhar ao MPTO e aos outros partícipes pertinentes as informações sobre irregularidades que envolvam agrotóxicos quando tomar conhecimento em sua área de atuação;
- II) orientar seus profissionais para que os casos de irregularidades constatadas tanto no armazenamento, comércio, uso e descarte de agrotóxicos sejam comunicados ao MPTO e aos outros partícipes pertinentes, e



III) realizar o controle das vias de receituários agronômicos enviadas pelos estabelecimentos comerciais.

IV) orientar os profissionais da sua área de atuação referente à emissão de receituário agrônomo;

V) receber informações dos demais órgãos e instituições signatárias deste Acordo de Cooperação sobre os problemas relativos a resíduos de agrotóxicos em alimentos, quando envolverem uso ilegal, prescrição irregular de agrotóxicos ou outras atividades irregulares praticadas por profissionais habilitados no CREA ou por leigos em exercício ilegal da profissão, e abrir os processos internos de averiguação das irregularidades;

VI) informar a ADAPEC quando constatada a recomendação de agrotóxico para uso em cultura agrícola para a qual não tenha registro de uso, bem como outras situações encontradas que caracterizem prescrição, comércio, uso ou aplicação em desacordo com a legislação vigente.

**h) Compete ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por meio da Superintendência Federal da Agricultura no Tocantins - MAPA**

I) encaminhar ao MPTO e aos outros partícipes pertinentes as informações sobre irregularidades que envolvam agrotóxicos quando tomar conhecimento em sua área de atuação;

II) prestar informações técnicas quanto ao registro de agrotóxicos e auxiliar nas ações repressivas a serem promovidas conjuntamente com os órgãos públicos partícipes deste Acordo.

III) participar das ações de educação sanitária na área de agrotóxicos;

IV) realizar as ações pertinentes ao Plano Nacional de controle de Resíduos e Contaminantes – PNCRC, do MAPA, envolvendo monitoramento, investigação e fiscalização.

**i) Compete à Associação Tocantinense de Supermercados (ATOS):**

I) Divulgar junto aos associados o presente Acordo, dando-lhes ciência das deliberações do Comitê Gestor que lhes forem comunicadas.

II) Cooperar com as ações deliberadas pelo comitê gestor, tais como aquelas de caráter educativo, especialmente no tocante à rastreabilidade dos produtos.

**CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS HUMANOS**

Para a execução e consecução dos objetivos deste Acordo de Cooperação cada parte alocará, dentre seus quadros, os recursos humanos necessários, às suas expensas, bem como arcará com os custos para a execução das ações.



### **CLÁUSULA SÉTIMA – DOS CUSTOS OPERACIONAIS**

Em razão das atividades deste Acordo de Cooperação integrarem as atividades ordinárias dos Órgãos participantes, não há qualquer ônus financeiro aos mesmos.

### **CLÁUSULA OITAVA – DOS RESULTADOS**

O resultado das ações desenvolvidas pelos partícipes deste Acordo serão objeto de remessa pelo Comitê ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor do Ministério Público do Estado do Tocantins.

### **CLÁUSULA NONA – DA INCLUSÃO DE MUNICÍPIOS OU OUTRAS INSTITUIÇÕES INTERESSADAS**

Ao presente Acordo poderão ser incluídos, na forma de Termos de Adesão, as Secretarias entidades que venham se interessar na participação dos objetivos da Cooperação Técnica.

### **CLÁUSULA DÉCIMA– DA DIVULGAÇÃO**

Em toda e qualquer ação relacionada com a execução do objeto deste Acordo, assim como em sua divulgação junto à imprensa promovida pelos órgãos e/ou instituições envolvidas, deverá ser feita menção a todos os partícipes signatários.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

O prazo de vigência deste Acordo de Cooperação é de 5 (cinco) anos, contados a partir da data de sua assinatura, ratificado pela sua publicação resumida no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Tocantins, podendo ser renovado por igual período.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO OU ALTERAÇÃO**

Qualquer dos partícipes deste Acordo de Cooperação poderá:

I - renunciar às suas disposições, mediante notificação escrita a outra parte com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

II - propor alterações com a finalidade de aprimorar o cumprimento dos objetivos do presente Acordo de Cooperação.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

Caberá ao Ministério Público providenciar, às suas expensas, a publicação do extrato deste instrumento na imprensa oficial, como condição indispensável para sua eficácia e validade, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA OMISSÃO

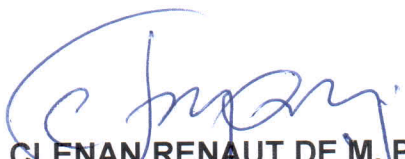
Os casos omissos e a inclusão de novos participantes serão resolvidos mediante entendimento entre as partes, celebrando-se Termo Aditivo, sempre que se julgar conveniente, com anuência de todos.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO


Para as questões divergentes que surjam do presente Acordo de Cooperação, não resolvidas na esfera administrativa, os integrantes elegem o foro da Justiça Comum do Estado do Tocantins, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem acordados, firmam o presente instrumento em 10 (dez) vias de igual teor e forma, na presença de três testemunhas que também o subscrevem, para que produza seus efeitos legais após a publicação no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Tocantins.


Palmas, 29 de abril de 2016.



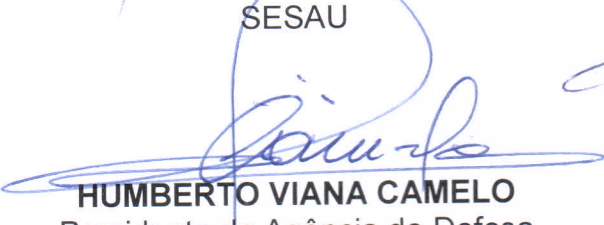
**CLEON RENAUT DE M. PEREIRA**  
Procurador Geral de Justiça do Estado  
do Tocantins



**MARCUS ESNER MUSAFIR**  
Secretário Estadual de Saúde -  
SESAU



**NÉSIO FERNANDES DE MEDEIROS**  
Secretário Municipal de Saúde -  
SEMUS



**HUMBERTO VIANA CAMELO**  
Presidente da Agência de Defesa  
Agropecuária do Tocantins - ADAPEC





**PEDRO DIAS C. DA SILVA**

Presidente do Instituto de  
Desenvolvimento Rural do Tocantins -  
RURALTINS



**HERBERT BRITO BARROS**

Presidente do Instituto Natureza do  
Tocantins - NATURATINS



**MARCELO COSTA MAIA**

Presidente do Conselho Regional de E.  
e Agronomia do Tocantins - CREA-



**JOSÉ A. PUGLIESE TAVARES**

Superintendente do Ministério da  
Agricultura e Pecuária no Tocantins -  
MAPA



**MARIA DE FÁTIMA DE JESUS**

Presidente da Associação  
Tocantinense de Supermercados  
ATOS

**TESTEMUNHAS:**



**ARAÍNA C. F. DOS SANTOS**

**D'ALESSANDRO** – Promotora de  
Justiça e Coordenadora do CAOCON



**JOSÉ MARIA DA S. JÚNIOR**

Procurador de Justiça e Coordenador  
do CAOMA



**THAÍS C. SOUZA LOPES**

Promotora de Justiça e Coordenadora  
do CAOCID